

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.4465>

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) apresenta a seus leitores e suas leitoras mais um conjunto de artigos científicos que trazem estudos e relatos de experiências, elaborados com base em diferentes abordagens teórico-metodológicas, sobre temas variados, todos eles caros a quem se interessa pela reflexão crítica e se dedica ao fazer pedagógico e à gestão democrática, em suas mais distintas possibilidades de conceber a construção da cidadania e a garantia de direitos, em cenários desafiadores.

Nitidamente sintonizado com esse propósito, abre a seção de Estudos do número o artigo "Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I", das pesquisadoras Valdete Aparecida Fernandes Moutinho Gomes, Célia Maria Fernandes Nunes e Karla Cunha Pádua. Nele, as autoras apresentam resultados de uma investigação sobre a valorização docente baseada em narrativas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. Por meio do entrecruzamento de referencial teórico sobre a temática e da análise de entrevistas realizadas com cinco professoras da rede municipal de uma cidade mineira, a pesquisa ressaltou fatores referentes às condições de trabalho docente e à complexidade das adoções concretas no exercício da profissão. A remuneração, o plano de carreira, a avaliação de desempenho, a infraestrutura física e o material das escolas se destacaram como importantes aspectos que influenciam o modo de ser e estar na docência. O estudo reitera que a precariedade das condições de trabalho favorece o abandono da profissão e o adoecimento docente,

evidenciando a necessidade de políticas mais efetivas no enfrentamento de um problema comumente identificado entre os obstáculos à educação de qualidade.

A garantia da infraestrutura escolar com padrões mínimos de qualidade está presente no ordenamento legal do País, embora permaneça como um desafio para as políticas educacionais. Diante disso, as pesquisadoras Maria Teresa Gonzaga Alves, Flávia Pereira Xavier e o pesquisador Túlio Silva de Paula, baseando-se nos marcos legais e na literatura nacional e internacional especializada, propõem um “Modelo conceitual para avaliação da infraestrutura escolar no ensino fundamental”, tal como informa o título do segundo texto dessa seção. O artigo considera que a revisão da literatura resultou em um volume significativo de trabalhos, entre os quais não há um consenso sobre como definir, avaliar e mensurar a infraestrutura escolar. O modelo conceitual proposto adota uma perspectiva multidimensional, com vários indicadores para avaliar o construto. O estudo aponta a existência de muitas informações relacionadas à infraestrutura escolar nas pesquisas oficiais, sobretudo acerca de instalações e espaços do prédio da escola. O modelo conceitual criado, porém, identificou que os aspectos relacionados ao bem-estar e à equidade apresentam menos cobertura de informações. Por isso, conclui-se que reformulações nos instrumentos de coleta de dados públicos permitiriam um alinhamento entre pesquisas nacionais e produção científica internacional.

Assunto de importância nunca por demais ressaltada, a formação continuada de professores é o tema central do artigo “A mediação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio na Gerência Regional de Educação de Chapecó/SC: a percepção do orientador de estudo”, de Sandra Maria Zardo Morescho e Nadir Castilho Delizoicov. São apresentados dados de pesquisa qualitativa sobre a formação continuada de professores realizada no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (Pnem), em 2014 e 2015. Investigam-se as percepções dos orientadores que mediarão a formação aos docentes de escolas do mencionado município catarinense. A análise aborda a formação dos orientadores, a mobilização dos docentes para participar do programa, as dificuldades enfrentadas e as mudanças observadas especialmente no cotidiano escolar e no que tange ao reconhecimento do estudante como sujeito no processo de ensino-aprendizagem.

A história da educação brasileira serve de moldura especialmente para o quarto e o quinto artigos. Os pesquisadores Luiz Gonzaga Gonçalves e Jaime José Zitkoski são os autores de “O lugar da pesquisa nos Centros Regionais de Pesquisa Educacional nos anos 1950 e 1960: revisitando experiências de educação popular a partir do paradigma indiciário”. Na busca por fontes bibliográficas e com base naquele paradigma, o trabalho objetiva compreender as abordagens progressistas da sociedade sobre os assim ditos problemas políticos e educacionais no País, entre as décadas de 1950 e 1960. Segundo os pesquisadores, o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, os Centros Populares de Cultura e os Centros Regionais de Pesquisa Educacional apostavam na educação para

o fortalecimento da democracia e no desenvolvimento econômico e social, como também buscavam propostas sob medida para o campo educacional. Assim, naquela ocasião, a pesquisa e o diálogo, com suas exigências e práticas, constituíram-se parte essencial da energia então considerada subversiva. Com efeito, apontam os autores, os achados e as repercussões das pesquisas alimentavam os receios de militares e civis, pois as mudanças alteravam o que setores conservadores dominantes supunham ser um equilíbrio e um ajustamento dos indivíduos ao meio social.

Em “Séries de leitura graduada na escola primária em Mato Grosso do Sul: consolidação dos processos de leitura escolar”, as pesquisadoras Estela Natalina Mantovani Bertolotti e Thaíse da Silva dedicam-se à análise de duas séries de leitura (*Vamos Estudar?* e *Vamos Sorrir*) utilizadas no estado entre os anos 1960 e 1970. As autoras buscam examinar a especificidade desses materiais na consolidação dos processos de leitura escolar. Com base nos pressupostos teóricos da história do livro e da leitura, foram examinadas as duas séries de leitura utilizadas naquele estado (finalmente criado em 1977). Os resultados permitiram concluir que, mediante um discurso exortativo do estudo (vamos estudar) e da alegria (vamos sorrir), ambas as séries podem ser consideradas representativas da escolarização primária, da alfabetização e do significado de infância subsumido nessa prática na ocasião. Além disso, os textos presentes nos materiais contribuíram para a constituição das identidades do bom filho, do bom aluno e do futuro bom cidadão, naquele contexto de regime civil-militar.

O sexto artigo, “Paratextos em livros de imagem selecionados para educação de jovens e adultos”, das pesquisadoras Flávia Brocchetto Ramos, Caroline de Moraes e do pesquisador Sérgio Haddad, tem como finalidade investigar a presença e os efeitos de paratextos em livros de imagem do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola – Educação de Jovens e Adultos (PNBE-EJA/2014). Nele, são identificados e analisados elementos paratextuais de quatro títulos empregados no programa. Entre outras coisas, ao examinar os espaços que circundam a narrativa, os autores reconhecem as contribuições de elementos paratextuais para a mediação da leitura e a educação literária dos estudantes que retornam aos bancos escolares nas classes da educação de jovens e adultos.

Os artigos seguintes abordam temáticas relativas às questões de gênero na educação. Em seu texto, a pesquisadora Eleta Carvalho Freire apresenta resultados da pesquisa “O currículo e suas implicações nas relações sociais de gênero entre estudantes do ensino fundamental”. Trata-se de um artigo derivado da investigação que objetivou compreender as implicações do currículo escolar na construção das relações de gênero entre estudantes do ensino fundamental. A pesquisa se insere no campo dos estudos culturais, em razão da centralidade que a cultura assume nesse campo teórico e dos nexos que estabelece com os estudos curriculares e de gênero. Está ancorada nos pressupostos pós-estruturalistas e na teorização pós-crítica do currículo que permitem compreender o trato dado às diferenças culturais de gênero no currículo escolar. O campo empírico da investigação foi uma rede municipal de ensino de uma capital do Nordeste brasileiro, em

que foram analisadas as práticas curriculares vivenciadas no cotidiano da escola. Os dados coletados por meio de entrevistas com estudantes foram examinados com base na análise temática, derivada da análise de conteúdo. Os resultados apontam que silenciamento e opacidade marcam as práticas curriculares pela naturalização das tensões entre gêneros, supostamente trazidas de fora da escola. Assim, ao invés da natureza, a cultura parece passar a ser o destino, tornando-se aparentemente imutável. Com isso, nega-se à cultura a condição de produção humana, de território de lutas, disputas e conquistas, em permanente processo de (re)criação.

Acionam fundamentos teóricos semelhantes as autoras do artigo "A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola", as pesquisadoras Catharina da Cunha Silveira, Dagmar Elisabeth Estermann Meyer e Jeane Félix. Esse texto, também inserido nos estudos de gênero e nos estudos culturais em diálogo com a teorização foucaultiana, utiliza pesquisa documental e análise cultural para escrutinar os modos pelos quais o trabalho intersectorial é definido, descrito e regulado em documentos normativos e materiais didáticos do Programa Saúde na Escola (PSE), a fim de discutir como o gênero atravessa e dimensiona um de seus princípios organizadores – a intersectorialidade. As autoras reiteram o que é dito, o que é silenciado, o como se diz e em quais circunstâncias e relações de poder-saber determinadas coisas podem ser enunciadas. Argumentam que, no PSE, noções como "somar esforços", "unir-se" e "articular-se" são mobilizadas para propor modos de fazer educação e(m) saúde que demandam adaptabilidade, multifuncionalidade, flexibilidade e disposição para assumir trabalho a mais, sem remuneração adicional. Com efeito, o processo, por elas nomeado como "generificação da intersectorialidade", é descolado de corpos biológicos sexuados, mas segue (re)constituindo, reiterando e legitimando exercícios profissionais que naturalizam ações, lugares e arranjos institucionais que tomam atributos femininos como recurso funcional às necessidades da intersectorialidade proposta na política estudada.

As temáticas relativas à democratização do ensino, à inclusão e à permanência estão no centro das reflexões propostas em dois artigos. Em "Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior na Amazônia paraense", a pesquisadora Joana d'Arc Vasconcelos Neves e os pesquisadores Rogério Andrade Maciel e Marcos Vinícius Sousa Oliveira buscam analisar as representações dos coordenadores de cursos de licenciatura sobre as práticas inclusivas de pessoas com deficiência desenvolvidas no *campus* de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA). Trata-se de pesquisa de abordagem processual, no campo teórico-metodológico das representações sociais, considerando as três dimensões constituidoras: sujeitos, contextos e sentidos. As fontes mobilizadas são documentos regulatórios sobre a inclusão no ensino superior e entrevistas com coordenadores dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, História, Matemática e Pedagogia. O trabalho identifica que o processo de produção e circulação das representações sociais sobre as práticas inclusivas no ensino superior configura cenários de

conflitos, desafios, contradições e avanços. Os sentidos encontrados revelam como eixos potencializadores da inclusão: a construção de uma consciência inclusiva, a política de formação continuada e as redefinições do papel e das condições de trabalho do educador no ensino superior. São discursos que trazem à tona a imagem de que a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior apenas principiou e ainda há um longo caminho a ser construído no interior das universidades brasileiras – que passa pela consolidação das políticas públicas e pela reinvenção do fazer pedagógico.

O artigo “Estudantes do ensino médio e o ensino superior: explicitando o *modus operandi* dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio”, dos pesquisadores Adriano de Oliveira e Lucídio Bianchetti, investiga a política de formação inicial de pesquisadores na educação básica e sua recontextualização na prática, com foco no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (Pibic-EM) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inserido no contexto da iniciação científica júnior. Os autores analisam o *modus operandi* dos sujeitos com ênfase nos processos de seleção e nas razões da sua adesão ao programa e desistência dele. Realizam estudo de caso na UFSC, que desenvolve o Pibic-EM, e em dez escolas públicas em que foram entrevistados orientadores, bolsistas, coorientadores/professores das escolas e coordenadores institucionais do programa. O fator determinante para a escolha dos bolsistas foi a presença de um *habitus* e de disposições próximas das requeridas pelo campo acadêmico. Entre os motivos da desistência dos estudantes bolsistas, os autores destacam: o reduzido valor da bolsa, a exigência de trabalho remunerado para auxiliar a família, as expectativas da família em relação à trajetória acadêmica, o excesso de atividades escolares e o baixo rendimento escolar.

O último artigo dessa seção se intitula “Educação ambiental: a conscientização sobre o destino de resíduos sólidos, o desperdício de água e o de alimentos no município de Cametá/PA”, de Nayara Cristina Caldas Almeida, Cezário Ferreira dos Santos Junior, Aline Nunes e Mariane Souza Melo de Liz. Com o objetivo de avaliar o destino de resíduos, o desperdício de água e o de alimentos no município paraense de Cametá, realizou-se uma pesquisa envolvendo estudantes do 4º e 5º ano de uma escola da rede municipal de ensino. Os dados apresentados demonstram uma realidade comum vivenciada na Amazônia. São observadas dificuldades principalmente quanto ao manejo dos resíduos, à falta de tratamento de esgoto e ao aumento do consumo de alimentos industrializados nas comunidades. Embora houvesse disparidades nas respostas dos estudantes de diferentes séries, com as atividades de educação ambiental, procurou-se conscientizar sobre o desperdício de alimentos e água, a destinação final dos resíduos e a importância de hábitos saudáveis.

Também aborda a educação ambiental o artigo que fecha este número, o relato de experiência “Educación ambiental para el desarrollo sostenible: enfoque desde San Luís, Santiago de Cuba”, de autoria de Márcia Aparecida Silva Pimentel, Marco Antonio Lopes San José e Sandy Guillen Cerpa. O trabalho propõe tarefas integradoras com abordagem interdisciplinar

no processo de ensino-aprendizagem da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. As tarefas baseiam-se em fundamentos teóricos e práticos, bem como na análise de literatura diversificada sobre o assunto. Um diagnóstico é aplicado para revelar as insuficiências dessa linha metodológica, que constitui uma prioridade no trabalho metodológico e para a formação integral dos profissionais. Para esse propósito, são projetados exercícios de integração para avaliar o nível de generalização e integração de saberes para a resolução de tarefas-problema, com saídas em diferentes disciplinas. Por fim, são apresentados resultados positivos no desenvolvimento de habilidades investigativas, além de um maior vínculo dos estudantes com a comunidade e com as unidades de ensino.

Diante desse seletivo e variado conjunto de assuntos e abordagens ancoradas na pesquisa científica, parece-nos sempre oportuno reiterar o empenho desta Revista em contribuir para o debate livre e qualificado, a construção e a disseminação do conhecimento, o aprimoramento das práticas pedagógicas e o subsídio às políticas educacionais e às demandas sociais em favor da qualidade, da democratização das oportunidades educacionais e, em suma, do direito à educação.

*Editoria Científica*



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.